



# Bancários do Pactu protestam em defesa da Caixa e do BB

As recorrentes reestruturações que o governo Bolsonaro tem promovido no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal não deixam margem para dúvidas: o objetivo é preparar essas duas importantes empresas públicas para a privatização. O processo de mudanças nas empresas tem causado uma série de transtornos para o funcionalismo. Muitos estão adoecendo e outros estão apreensivos, com medo de perder o emprego. Para a população, as consequências

também serão dramáticas, porque, uma vez privatizados, BB e Caixa deixarão de cumprir seu importante papel de agentes do desenvolvimento social e econômico.

Por essas e outras, em todo o Brasil o movimento sindical tem realizado frequentes manifestações e protestos em defesa da Caixa e do BB. E os sindicatos do Pactu têm participado ativamente dessas ações. Exemplo foram os protestos realizados nos dias 05 e 13/02, na Caixa Econômica, e

no dia 12/02 no BB. “Com as reestruturações vêm o fechamento de agências, centralização de unidades e muita insegurança para os empregados do BB”, explica Luís Marcelo Legnani, diretor do Pactu em Campo Mourão. Já na Caixa, o clima é de muita apreensão. “Nós não concordamos com o que está acontecendo na Caixa e convocamos todos os trabalhadores e a sociedade civil para barrar esses absurdos”, afirma Zelário Bremm, diretor do Pactu em Toledo.

# A MP

# 905



## Já é ruim e pode piorar!

Na volta do recesso, os deputados federais retomaram a discussão da Medida Provisória 905. Por enquanto, nada é favorável aos trabalhadores. Pelo contrário: considerada uma nova e dura reforma trabalhista que permite trabalho aos domingos, cria o emprego temporário sem registro, elimina várias profissões e ataca muitos outros direitos trabalhistas, ela pode ficar ainda pior. Se já não bastassem os malefícios contidos no texto original, o relator da medida, deputado Christino Áureo (PP-RJ), propôs a ampliação do número de trabalhadores com contratos flexibilizados, com baixos salários e sem direitos. A princípio, a MP previa atingir trabalhadores com idades entre 18 e 29 anos, mas o relator quer incluir também trabalhadores acima de 55 anos, que estejam fora do mercado de trabalho formal há mais de 12 meses.

Para a CUT, esta é mais uma proposta da dupla Bolsonaro/Guedes que ignora as necessidades, os direitos e os anseios da classe trabalhadora e amplia sem dor na consciência a desigualdade e a precarização do trabalho. A votação da MP em plenário está prevista para depois do Carnaval.

**TRABALHO AOS SÁBADOS** – A Medida Provisória permite trabalho aos sábados, domingos e feriados. Alguns bancos já tentaram implementar o trabalho aos finais de semana assim que a MP entrou em vigor. No entanto, negociação entre o movimento sindical e a Fenaban garantiu a assinatura de um aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho, impedindo o trabalho dos bancários aos sábados.

## Pactu participa de Curso e Encontro Estadual da Caixa

No dia 14/02, foi realizado em Curitiba o curso de formação e qualificação sobre o Funcef. Entre os temas abordados estiveram contingenciamento, equacionamento e políticas de investimentos, entre outros assuntos. O curso teve lugar no Espaço Cultural e Esportivo do Sindicato dos Bancários de Curitiba e contou com representantes de todos os sindicatos de bancários da Fetec-CUT/PR. O curso antecedeu o Encontro Estadual da Caixa, realizado no dia

15/02. Entre os temas abordados durante o Encontro estiveram: Funcef, eleições da FENAE, reestruturação da Caixa, Defesa da Caixa 100% pública e organização do movimento dos empregados da Caixa. Os sindicatos do Pactu foram representados por Clara Maria Pianaro, Valter Adriani de Souza e Luis Marcelo Legnani, de Campo Mourão, Valdirene Romano da Silva, Wanderson José Borges e Paulo Pickler, de Umuarama, e Graceli Vendruscolo, de Toledo.

## TCU investiga venda de bancos públicos

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) entrou com uma representação, solicitando que se verifique possíveis interesses políticos no planejamento do governo federal para a venda de ativos de bancos públicos. O pedido foi apresentado pelo subprocurador-geral junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado, e encaminhado ao presidente do TCU, José Múcio Monteiro. O objetivo é analisar um “eventual açodamento” na venda de ativos previstas para este ano que “poderia advir incalculáveis prejuízos aos cofres públicos”.

Há muito tempo o movimento sindical vem alertando sobre os danos que o fatiamento da Caixa e do BB trará ao país, mas somente agora órgãos de fiscalização como o TCU enxergam evidências de que medidas tomadas pelo governo federal poderão resultar em prejuízos para a população.

## CAIXA: Ação da Contraf-CUT garante estabilidade remuneratória

A 13ª Vara do Trabalho de Brasília julgou procedente o pedido da Contraf-CUT e manteve o direito à incorporação da gratificação de função aos empregados da Caixa Econômica Federal que mantiveram tal gratificação por 10 anos ou mais, conforme prevê o normativo RH 151. A decisão contempla os contratos de trabalho de todos os empregados prejudicados pela revogação do normativo, que permaneciam no banco até 09/11/2017, desde que preenchidos os requisitos da norma. “É uma decisão importante que garante o direitos dos empregados e, mais do que isso, mostra que o banco não pode tomar medidas unilaterais contra os empregados e em total desrespeito à legislação vigente”, explicou o diretor do Pactu em Paranavaí, Wendrel Minare Vieira.

# Paulo Guedes compara servidor público a “parasita” e é repudiado

O ministro da Economia (ou dos banqueiros), comparou os servidores públicos a ‘parasitas’ ao defender a reforma administrativa, que nada mais é do que a nova investida do governo federal na destruição total do serviço público brasileiro.

O nefasto projeto segue a política de desmonte adotada desde o início dessa gestão, que tem como único objetivo a desmonte total das empresas e serviços públicos, jogando a conta da precarização à parcela da população mais vulnerável.

Esta inaceitável declaração demonstra o total desprezo que o atual governo e sua equipe de ministros tem em

relação à classe trabalhadora e aos direitos fundamentais assegurados na nossa constituição.

O assédio institucional que vem sendo praticado pelo ministro em relação aos trabalhadores dos Correios e aos 12 milhões de servidores públicos que dedicam suas vidas a servir à nação e ao nosso povo ultrapassa os limites legais e merece reação à altura. Sua declaração institucionaliza o ódio a quem deveria ser valorizado e respeitado.

Os trabalhadores do setor público são profissionais que se colocam a disposição do Brasil para integrar, educar, salvar e proteger nossas famílias.

**Percentual de servidores públicos em relação ao total de trabalhadores, no Brasil e em outros países:**

Dinamarca: 35%

Noruega: 35%

Bélgica: 21%

França: 21%

Canadá: 20%

Itália: 17%

**BRASIL 12%**

**PLR**

## Bancos pagam 2ª parcela

Atendendo solicitação feita pela Contraf-CUT, alguns bancos já anunciaram datas para pagamento da segunda parcela da PLR, conforme prevê a Convenção Coletiva de Trabalho dos bancários.

O pedido foi enviado a sete instituições (Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Safra e Santander).

O Bradesco efetuou o pagamento no dia 11/02. O Banco Safra informou que pagará no dia 20/02 e o Santander no dia 28/02. O Itaú não respondeu oficialmente, mas já se sabe que pagará no último dia previsto pela CCT, ou seja, 03/03.

O BB e a Caixa possuem regras específicas. O BB pode efetuar o pagamento até 10 dias após a distribuição dos dividendos aos correntistas e, na Caixa, o prazo vai até o dia 31/03.

# COE Bradesco prepara estratégias para 2020



A Comissão de Organização Nacional dos Empregados (COE) do Bradesco, com representação de federações e sindicatos, se reuniu, dias 27 e 28/01, na sede da Contraf-CUT, para definir estratégias e pontos de pauta de negociação com o banco em 2020. Para isso, a técnica da subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) da Contraf-CUT, Barbara Valejos, fez uma análise de conjuntura. Na sequência, os membros da COE relataram a realidade de suas bases. “Nosso objetivo é retomar as negociações com a minuta de reivindicações específicas. Para isso, precisamos nos preparar, pois sabemos que teremos um ano difícil pela frente, que promete ser de muita luta em defesa do emprego e dos direitos dos bancários e bancárias do Bradesco”, afirmou a coordenadora da COE, Magaly Fagundes.

# A Reforma Tributária que queremos!

**Sem pressão e mobilização da sociedade não vamos mudar a injusta estrutura tributária do País**



A reforma tributária é um dos temas que mais se discute nos últimos tempos no país. O debate está forte no Congresso Nacional, onde pelo menos três projetos disputam as atenções dos parlamentares.

Mas qual reforma tributária que queremos? O que exatamente uma reforma tributária mudaria na forma como se cobra impostos no país? E como efetivamente redistribuirá os recursos arrecadados? E mais: como uma reforma tributária pode contribuir para a redução da concentração de renda e das desigualdades?

No atual contexto de reformas que retiraram direitos – como a trabalhista e a da Previdência – falar em reformas pode parecer assustador, mas nesse caso é extremamente necessário. Por isso, é preciso entender que reforma é essa que estamos falando.

## REFORMA PARA QUEM?

Em geral, uma reforma tributária muda as leis que determinam quais taxas, impostos e contribuições são cobradas de empresas e pessoas físicas. A reforma mudaria também a forma como esses recursos são usados pelo Estado.

Há quem considere que todos os impostos deveriam ser reduzidos (alguns até eliminados) e que o Estado deveria gastar menos. Outros pensam que o melhor é aprimorar a arrecadação que já temos justamente para garantir que o dinheiro seja destinado ao lugar certo (saúde, educação, transporte, infraestrutura, etc.) beneficiando a maioria da população. Mas num sistema tributário realmente justo, a tributação é maior sobre quem tem ou

ganha mais. Não é o que acontece no Brasil. Aqui, a carga tributária acaba pesando mais sobre os mais pobres e a classe média, porque cobramos muitos impostos sobre o consumo e pouco sobre renda e patrimônio. Isso gera distorções graves.

## REDISTRIBUIR A CARGA TRIBUTÁRIA

Por isso é preciso fazer uma redistribuição da carga tributária brasileira, diminuindo os impostos indiretos (sobre produtos e serviços) e aumentando os impostos diretos (sobre renda e patrimônio), além de combater as formas de sonegação (como elisão e evasão fiscais) que muitos usam para não pagar sua parte dos impostos.

Elisão fiscal é quando os impostos não são pagos mas usa-se para tal mecanismos legais – como paraísos fiscais. Evasão fiscal é a forma ilegal de evitar o pagamento de impostos.

**PROPOSTAS DA CUT** - É por tudo isso que a CUT defende a progressividade do imposto de renda, ou seja, quem ganha mais, paga mais. Também propõe a elevação do peso dos tributos diretos sobre renda e patrimônio, a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas e heranças (que atingirá apenas quem acumular mais de R\$ 2,5 milhões de patrimônio), a desoneração da cesta básica, a oneração da especulação financeira, e a desoneração da folha acompanhada de contrapartidas que garantam o financiamento da seguridade social e a garantia de geração de emprego. Para cada ponto percentual de desoneração, a empresa tem de gerar um determinado número, proporcional, de emprego.

A CUT avalia que é preciso incentivar investimentos produtivos, que geram emprego e renda, garantir recursos para a seguridade social, combater as fraudes e a sonegação e, especialmente, alterar a tabela de imposto de renda para contemplar a progressividade.

## Centrais fazem ato em defesa da indústria

Implacável na destruição de direitos da classe trabalhadora, mas ineficiente na implementação de uma política econômica capaz de tirar o país da crise, o governo Bolsonaro foi alvo de duras críticas das centrais sindicais, na primeira manifestação de 2020, em defesa do emprego e da indústria, realizada no dia 02/02. Os manifestantes também criticaram o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, pelo apoio explícito ao governo Bolsonaro. “Faz tempo que a Fiesp não é um sindicato patronal, é um aparelho político”, disse o presidente da CUT, Sérgio Nobre. A presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira, participou do ato e afirmou que a categoria bancária é contrária a política econômica destrutiva de Bolsonaro, que afeta a indústria. “Temos que protestar. Não é um problema só dos metalúrgicos, dos químicos ou dos bancários. É de toda a sociedade”, denunciou. Ao final, as centrais divulgaram um documento com propostas para a produção industrial, capaz de alicerçar o desenvolvimento brasileiro.

## Para Dieese, Congresso deve legislar sobre a desaposentação

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu julgamento em que considerou ilegal a desaposentação. A Corte analisou embargos de declaração contra decisão tomada em 2016, quando foi fixada como inconstitucional a possibilidade do segurado pedir a revisão dos valores recebidos após voltar a trabalhar e contribuir para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) depois de se aposentar. Segundo os ministros, não há previsão legal para “o direito a desaposentação ou reapresentação”. Contudo, os ministros também decidiram que a decisão não deve retroagir, e aqueles aposentados que conseguiram na Justiça, por meio de ações individuais ou coletivas, a revisão dos valores, manterão os benefícios reajustados para os casos com trânsito em julgado – quando não cabe mais nenhum recurso da decisão. Para o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior, caberia ao Congresso Nacional estabelecer as normas que garantissem a desaposentação e reapresentação. Ainda mais depois da aprovação da “reforma” da Previdência, que estabeleceu que o aposentado terá que contribuir por 40 anos para alcançar o valor integral da aposentadoria, seria justo que ele pudesse completar esse cálculo caso voltasse a trabalhar e contribuir depois de se aposentar.